

Estado e populações pobres no Brasil: a espacialização da desigualdade social em Florianópolis - SC (décadas de 1930-1950)

Reinaldo Lindolfo Lohn*
Sílvia Maria Fávero Arend**

Resumo

Este artigo tem o objetivo de discutir as relações entre Estado, camadas populares e usos do espaço urbano em Florianópolis entre as décadas de 1930 e 1950. Ao longo do período ocorreu uma transição na qual a dinâmica socioeconômica de Florianópolis passou das atividades produtivas, comerciais e industriais, para aquelas vinculadas à exploração do mercado imobiliário. As vivências das populações pobres foram afetadas pela introdução de mecanismos de gestão urbana e programas sociais, tanto por agentes governamentais como judiciários. Por meio da variação das escalas de observação, foi construída uma narrativa do processo de espacialização da desigualdade social na cidade.

Palavras-chave: Camadas populares; Cidade; Estado; espacialização; Políticas públicas.

* Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor da Graduação e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) (reilohn@hotmail.com).

** Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora da Graduação e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) (smfarend@gmail.com).

Abstract

This article aims to discuss the relationships between the state, popular classes and uses of urban space in Florianopolis from the 1930s to 1950s. Throughout the period occurred a transition in which the socioeconomic dynamics of Florianopolis became dependent on the real estate market. The experiences of the poor population were affected by the introduction of mechanisms for urban management and social programs, both governmental and judicial actions. By varying scales of observation, we constructed a narrative of the process of spatialization of social inequality in the city.

Key words: Popular classes; City; State; Spatialization; Public policies

Dinâmica social e mudança econômica

Nas primeiras décadas do século XX, a paisagem urbana e a economia de Florianópolis, Capital de Santa Catarina, eram profundamente marcadas pela presença de empresas que mantinham diversificados ramos de atividades, com base nas atividades comerciais e no transporte marítimo. Negócios realizados em função do movimento portuário e contatos com fornecedores estrangeiros criaram condições para que importadores atacadistas, tais como Hoepcke, Wendhausen, Horn, Meyer, Moellmann e Busch, entre outros, ampliassem seus negócios, inclusive com a abertura de algumas indústrias de bens de consumo.

A construção da ponte Hercílio Luz, inaugurada em 1926, parecia mais um passo na criação de um cenário favorável, tanto do ponto de vista político quanto no econômico, ao reduzir o isolamento da Capital e ampliar seu dinamismo, à custa de grandes

investimentos públicos em infraestrutura e transportes. A difícil travessia do canal que separa a Ilha de Santa Catarina do Continente ocorria por intermédio de diversos tipos de embarcações, responsáveis tanto por passageiros, quanto por certos víveres e animais, num serviço marcado pela irregularidade (ANDRADE, 1981, p. 47-49). A administração do território estadual e o controle do Estado era uma prioridade dos governos estaduais, especialmente após a resolução da questão de limites entre Santa Catarina e Paraná, no âmbito do conflito do Contestado, o que abriu um extenso território em direção à fronteira com a Argentina. A ponte era parte dos esforços para ampliar a rede rodoviária e tornar mais eficientes os instrumentos para gerir a população, aumentar a arrecadação e assegurar a posição de Florianópolis como Capital.

A ponte favoreceu a expansão urbana em direção ao Continente, a abertura de estradas de rodagem, viabilizou o mercado de automóveis e complementou o conjunto de obras e serviços de infraestrutura realizados desde anos anteriores. O abastecimento de água começou a funcionar em 1910 e o recolhimento de esgotos foi inaugurado em 1913 (RAMOS, 1983) e complementado em 1922, com a drenagem e canalização das águas do Riacho da Bulha ou da Fonte Grande, quando da construção da Avenida do Saneamento, posteriormente denominada Avenida Hercílio Luz. Na ocasião foram demolidas muitas casas de populações pobres que habitavam nas imediações em bairros populares, tal como a Tronqueira (ARAÚJO, 1999, p. 102-113).

Contudo, a partir da Revolução de 1930 e de seus desdobramentos nas opções de desenvolvimento adotadas nos anos em que predominaram as políticas varguistas, bem como o cenário criado pela Segunda Guerra Mundial, mudanças socioeconômicas trariam impactos significativos para economia da região de Florianópolis. Nas décadas seguintes, uma longa transição caracterizaria o paulatino abandono de atividades produtivas e de importantes ramos comerciais, por aquelas que privilegiariam a exploração do mercado imobiliário. Ao longo desse processo, a

dinâmica econômica sofreria com um ritmo lento de capitalização, dado que o mercado de Florianópolis sofreria reveses importantes. Os embargos sofridos pelas empresas que mantinham contato com a Europa e também aquelas suspeitas de colaborar com os países do Eixo, agravaram as dificuldades enfrentadas pela estrutura econômica existente. Particularmente aquelas empresas de propriedade de descendentes germânicos, passaram a constar em “listas negras” patrocinadas pelo governo dos Estados Unidos e sofreram diversos tipos de restrições (FÁVERI, 2004, p. 243). As políticas voltadas para a nacionalização do mercado consumidor brasileiro, com uma estratégia de desenvolvimento que centralizou os investimentos no eixo mais dinâmico da economia, entre o Rio de Janeiro e São Paulo, passaram a inviabilizar negócios locais que controlavam a distribuição de recursos e bens materiais. A Capital de Santa Catarina deixava de ser, aos poucos, um entreposto atacadista de produtos agropecuários, até então transportados por meio da navegação de cabotagem. Esta atividade comercial gradativamente desapareceu em função das opções governamentais e empresariais em favor do transporte rodoviário, como descreve Victor Peluso Júnior, em estudo clássico:

Com o melhoramento das estradas, já na década de trinta, atacadistas de outras áreas penetravam na região de Florianópolis, movimento que foi se intensificando daí em diante. Ao mesmo tempo os próprios comerciantes da região começaram a colocar suas mercadorias em outras áreas, e depois da implantação da BR-101, já com frotas de caminhões e armazéns em pontos favoráveis, passaram a adquirir a produção agrícola e transportá-la para o mercado em São Paulo. Aos atacadistas de Florianópolis restou o abastecimento da capital, que depende, inteiramente, do transporte rodoviário (PELUSO JÚNIOR, 1981, p. 33).

Verificou-se, a partir de tais condições, uma movimentação importante no capital comercial em Florianópolis, mesmo que não seja possível apontar sua extensão inicial. Para Karina Martins da

Cruz (2008), a análise dos balanços financeiros da principal empresa da cidade, a Companhia Hoepcke, demonstra que, entre 1942 e 1945, praticamente dobrou o valor de “imóveis e propriedades no ativo imobilizado”, tendência que apontava para a “falta de perspectivas nas atividades produtivas de Florianópolis”. O investimento imobiliário ocorria ao mesmo tempo em que se verificava o desmembramento de grandes áreas de chácaras localizadas nas imediações do perímetro urbano — a maior de todas, como cerca de 20 mil metros quadrados, pertencente à própria família proprietária da Companhia Hoepcke — para a formação de loteamentos (PELUSO JÚNIOR., 1981). Em 1947, Wilmar Dias observaria uma “excessiva e brusca valorização imobiliária operada nos últimos dez anos” em Florianópolis (DIAS, 1947b, p. 36). A dinâmica econômica começou a girar em torno de um mercado de terras em formação, com o abandono gradativo de atividades produtivas.

Segundo José Messias Bastos (2000, p. 131), as atividades artesanais desenvolvidas não geraram um acúmulo de capital suficiente para dar suporte às atividades industriais tal como ocorrera no Vale do Itajaí e na região Noroeste de Santa Catarina. Por outro lado, estas mercadorias tinham que concorrer no mercado interno com produtos industrializados de outras regiões do país e do Estado. Para o autor, estes dois fatores incitaram de forma paulatina a destruição desse setor produtivo. Porém, na década de 1940, ainda um quarto da população de Florianópolis dedicava-se à produção de mercadorias artesanais. Outro ramo da economia do município que declinou devido às relações capitalistas implementadas no período foi a atividade pesqueira de cunho semi-artesanal. Os produtos da indústria do pescado considerados mais baratos oriundos das cidades de Santos, Rio Grande, Itajaí e Porto Belo passaram a abastecer os mercados da Capital catarinense e de região adjacentes.

O crescimento econômico das regiões mais industrializadas deixou a cidade numa situação marginal, deslocada dos principais eixos econômicos e com poucas alternativas de emprego para seus habitantes, o que se expressou numa área urbana tímida, concentrada em torno da praça principal e um arruamento com

vestígios coloniais. A pequena navegação costeira foi inviabilizada e, além disso, obras e edificações e novos postos de trabalho passaram a depender da intervenção direta do poder público, com a instalação de órgãos da administração estadual e federal (FACCIO, 1997, p. 14-27). Este cenário econômico desfavorável certamente afetava as diferentes camadas sociais que habitavam Florianópolis. Todavia, para as populações pobres as repercussões do mesmo foram sentidas sobremaneira no seu cotidiano.

Ao registrar e analisar as características urbanas da capital de Santa Catarina de meados do século XX, o trabalho do geógrafo Wilmar Dias (1947a, p. 67), publicado no Boletim Geográfico, editado pelo Departamento Estadual de Geografia e Cartografia em 1947 e 1948, chamou a atenção para as dimensões sociais e os aspectos de “solene antiguidade” ainda presentes “no momento em que, por efeito da força do tempo novo,” a cidade começara “a transformar-se e adaptar-se às exigências da vida moderna”. Apesar do crescimento populacional do Distrito do Estreito, incorporado à Capital desde 1943, favorecido pela construção da ponte e pela manutenção de algum movimento portuário resultante da exportação da madeira trazida da região do Planalto, aquela área ainda não contava com serviços de esgoto e o preço dos imóveis, mais baixo, atraía as “classes menos favorecidas”, em assentamentos dispersos. Na Ilha, os desmembramentos das chácaras acentuavam “a irregularidade do traçado urbano”, enquanto a grande valorização imobiliária viabilizava a comercialização de terrenos nas proximidades da Avenida Hercílio Luz, como resultado de sua pavimentação. Antigos moradores, “de condição econômica inferior”, devido ao aumento do custo das habitações, procuraram “as novas ruas que, abertas recentemente,” começavam a formar “favelas e bairros residenciais que as classes pobres construíram na terra barata das encostas dos morros que circundam a cidade” (DIAS, 1947b, p. 9-17).

Em outras localidades, “periferias do antigo limite urbano”, a intensa valorização imobiliária decorrente do aumento do número de funcionários do Estado e dos serviços públicos, afastava os mais

pobres. Como grande empregador, devido aumento de suas funções que decorreu da introdução de novos mecanismos gestão e intervenção após 1930, o Estado passou a ser uma força de mudança no uso do solo urbano e na distribuição das classes sociais em Florianópolis. Por outro lado, as carências materiais, a inexistência do fornecimento de água encanada, esgoto, energia elétrica e transporte, marcavam a vida dos moradores dos morros centrais, locais cuja ocupação ocorreu após os desmatamentos promovidos com as obras de saneamento. Segundo a observação de Dias, tais “favelas” eram “na sua maior parte, ocupadas pelo elemento negro”, cujas “condições de extremo pauperismo” impediam sua manutenção na “área peninsular supervalorizada da cidade”. Estes novos bairros populares, ocuparam as extremidades do limite urbano e foram integrados à paisagem de Florianópolis, no centro e na região Continental: Caixa d’Água, Mocotó, Chapecó, Nova Trento, Vinte e Cinco, Abissínia, Baco-Baco, Nova Descoberta e Inferninho (DIAS, 1947b, p. 34-38; 57-58).

Ao longo da década de 1940, conformou-se uma espacialização que localizou os mais ricos e as camadas médias preferencialmente na área central, numa “planície triangular” cuja base era a Avenida Mauro Ramos e os vértices confluíam para a Ponte Hercílio Luz pela Rua Conselheiro Mafra, ao Sul, e pela Rua Bocaiúva, ao Norte. Nesta grande área, destacavam-se as Avenidas Trompowsky e Rio Branco e as Ruas Esteves Júnior, Alves de Brito e Nereu Ramos, bem como a chamada Chácara do Espanha, como locais de moradia da população de alta renda. Na região Continental, a praia de Coqueiros atraía “as preferências dos mais abastados”, que ali construíram suas residências de praia, enquanto o Balneário do Estreito recebia “intensa procura da parte de pequenos funcionários e contribuintes de Institutos de Aposentadoria” (DIAS, 1948, p. 62-63). Neste perímetro urbano, as melhorias oferecidas pelo poder público ocorreram com mais facilidade. A partir de 1910, paulatinamente estas áreas passaram a contar com iluminação pública e particular. Em 1948 havia cerca de 6 mil ligações domiciliares no município, para seus quase 50

LOHN, R.L & AREND, S.M.F. Estado e populações pobres no Brasil: a ...
mil habitantes, o que deveria atender mais da metade dos habitantes (IBGE, 2003).

Populações pobres e espaço urbano nas décadas de 1930 e 1940

As ruas da cidade de Florianópolis, nas décadas de 1930 e 1940, eram repletas de trabalhadores adultos e infanto-juvenis que anunciavam a venda de mercadorias e serviços. O entregador de marmitas, o carregador de lenha, o vendedor de aves, o afiador de tesouras, o vendedor de jornais, o “homem das verduras”, das cocadas e pães-de-ló, o da carrocinha e o vendedor de frutas percorriam ruas e servidões da urbe realizando seu trabalho. A revista *Santa Catarina*, publicada em 1939, que visava propagandear as realizações do então prefeito Mauro Ramos, descreve uma das atividades mais comuns:

Mas, entre todos, o “guri do torrquinho”, com sua lata de amendoim saboroso, é o mais encantador tipo urbano, imprimindo ao seu anúncio — “Iê torrquinho, tá quentinho, bem quentinho!” — na sucessão das notas, de a um tempo aguda e suave vibração, o sentido de uma frase musical perfeita (...) Amante da hora crepuscular, irrequieto e jovial, é bem o gaturamo vadio, o adorável cantor dum pregão que incorporou, em definitivo, à própria alma harmoniosa e sentimental das nossas ruas... (REVISTA SANTA CATARINA, 1939, p. 98).

A revista *Santa Catarina*, editada em 1939, bem como Wilmar Dias, referiam-se a estes trabalhadores e trabalhadoras como “tipos urbanos” ou “tipos populares” (REVISTA SANTA CATARINA, 1939, p. 99; DIAS, 1947a, p. 65). Estes homens, mulheres, jovens e crianças constituíam grande parte da população pobre do município de Florianópolis nas décadas de 1930 e 1940.

O estudo das populações pobres urbanas brasileiras que viveram em épocas passadas tomou um grande impulso, sobretudo, a partir da década de 1980. Este processo no campo da História está associado à busca de “soluções” para o fenômeno das condições de pobreza que assolavam as populações que moravam nas cidades de grande e médio porte com o advento da redemocratização do país, após a última ditadura militar (1964-1985). Investigações realizadas a partir visões calcadas na diacronia intervieram neste debate de grande complexidade efetuado nos últimos anos. Por outro lado, a recepção de obras de alguns autores marxistas, como Edward Palmer Thompson, Eric Hobsbawm e Raymond Williams, que alargavam a noção de sujeito histórico desta corrente teórica, contribuiu sobremaneira para o desenvolvimento das pesquisas nesta área no Brasil. A obra pioneira de Sidney Chalhoub sobre o cotidiano dos homens e mulheres pobres que habitavam no Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX é um dos melhores exemplos dessas abordagens historiográficas (CHALHOUB, 2001). Em relação à cidade de Florianópolis, estudos como o de Hermetes Reis de Araújo (1999) inauguram as discussões sobre a temática.

Sabe-se que as políticas varguistas introduziram mecanismos de gestão urbana que afetaram a relação entre Estado e pobres urbanos. De acordo com Maria Celina D’Araújo, o Brasil passou “de uma economia tipicamente rural para uma urbano-industrial, numa perspectiva de desenvolvimento econômico orientada por um Estado de recorte corporativista” (D’ARAÚJO, 2003, p. 215). Tendo em vista esta perspectiva, no referido período um conjunto de ações no campo do social teve como alvo a prole dos trabalhadores e trabalhadoras.

Diversas estruturas estatais passaram a movimentar-se em função dos programas de ação priorizados a partir de então. No âmbito do Poder Judiciário, em 1935, na Comarca da Capital catarinense foi instituído o Juizado de Menores. Esta instituição, gerida pelo Poder Judiciário, produziu um significativo acervo documental. Os autos judiciais, dentre as fontes documentais

disponíveis, destacam-se por fornecer informações sobre as experiências sociais e o cotidiano dos pobres no espaço urbano. Entre 1936 e 1940, foram produzidos aproximadamente 600 processos pelo Juizado de Menores. Uma seleção de 49 Autos de Abandono Administrativo de Menores demonstra como as autoridades judiciárias operaram a transferência de infantes que estavam vivendo em uma situação considerada “de risco” para outras famílias ou instituições. Estes autos contêm uma grande quantidade de dados, uma vez que as condições de pobreza das famílias era um elemento chave naquele processo. Esses processos judiciais permitem um delineamento sociocultural dos “tipos populares” mencionados pela revista *Santa Catarina* e pelo geógrafo Wilmar Dias.

Os pesquisadores da área da História pouco têm teorizado sobre como trabalhar com a documentação produzida pelo Poder Judiciário. Contudo, é consenso que a polifonia contida nos autos possibilita a identificação de práticas e representações sociais dos diferentes sujeitos e do modo como vivenciaram as mudanças sociais em curso e as configurações urbanas existentes. As reflexões do historiador Sidney Chalhoub sugerem um caminho entre as evidências presentes na documentação judiciária e a construção da narrativa.

O fundamental em cada história abordada não é descobrir “o que realmente se passou” — apesar de, como foi indicado, isto ser possível em alguma medida —, e sim tentar compreender como se produzem e se explicam as diferentes versões que os diversos agentes sociais envolvidos apresentam em cada caso. As diferentes versões produzidas são vistas neste contexto como símbolos ou interpretações cujos significados cabe desvendar. Estes significados devem ser buscados nas relações que se repetem sistematicamente entre as várias versões, pois as verdades do historiador são estas relações sistematicamente repetidas. (CHALHOUB, 2001, p. 41).

A população pobre do município de Florianópolis, de acordo com a documentação, era composta por três grupos sociais distintos: os descendentes dos açorianos e madeirenses, os descendentes dos ex-escravos e pelos migrantes que chegavam à urbe naquele momento histórico. Sabemos que pobreza é um conceito polifônico no âmbito das Ciências Humanas. Os baixos rendimentos auferidos por uma pessoa constituem-se em critério utilizado neste estudo para afirmar que estes homens, mulheres, jovens e crianças viviam em condições de pobreza. No Brasil, o salário mínimo foi instituído em 1940 no valor de 220 mil réis. Uma parcela significativa da população ora em análise obteve rendimentos iguais ou inferiores a 100 mil réis (AREND, 2011). Com a identificação de dados referentes aos diferentes grupos sociais considerados como pobres é possível uma compreensão mais abrangente das trajetórias pessoais e coletivas, bem como das razões, muitas vezes de caráter distinto, que levaram a exclusão social daquelas pessoas.

Em dezembro de 1937, o Juiz de Menores Hercílio João da Silva Medeiros foi informado que o jovem Eulário “estava sofrendo toda sorte de privações”. O jovem residia com sua mãe no Distrito da Lagoa da Conceição, sendo que ambos habitavam em um terreno cedido pelo governo. Foram chamados para depor no caso duas testemunhas residentes na mesma localidade que se identificaram como lavradores. O magistrado nomeou como Curador do referido menor o Dr. Aderbal Ramos da Silva que passaria a comandar a Companhia Hoepcke. Eulário foi transferido pelas autoridades judiciárias para outra família sob o regime da soldada, sendo que somente retornou para sua casa em 1944 (AUTOS DE ABANDONO ADMINISTRATIVO DE MENOR, número 255, 15.12.1937). Os descendentes dos açorianos e madeirenses, tais como os envolvidos no caso do jovem Eulário, nas décadas de 1930 e 1940, de acordo com os autos, habitavam nos distritos da Lagoa da Conceição, do Ribeirão da Ilha, de Ratonas, de Santo Antônio de Lisboa e da Trindade, além de localidades mais isoladas. Parte desta população que, nos processos

judiciais, era identificada na condição de lavradores, exercia também a atividade da pesca. Estas famílias, de maneira geral, residiam em um mesmo terreno e nas duas referidas atividades utilizavam a mão-de-obra dos parentes e agregados. Uma parcela dos produtos agrícolas e do pescado era comercializada no próprio município e a outra era enviada para localidades próximas. Os “tipos populares” que vendiam frutas e verduras nas ruas de Florianópolis eram provenientes, sobretudo, deste estrato social.

O casal Moacir e Ana, com sua prole, moravam na rua Silva Jardim. No inverno de 1937, o magistrado Hercílio João da Silva Medeiros solicitou que os cônjuges comparecessem no Juizado de Menores, pois havia a denúncia de que a filha e o filho do casal estavam vivendo “em estado de indigência”. Uma testemunha do caso, em sua arguição, afirmou que Moacir, conhecido como “Cacau”, trabalhava como carregador de carrinho de mão no centro da cidade. O homem, de acordo com a depoente, proporcionava para sua família “todo o conforto relativo à renda que auferia de seu trabalho”. O casal, ao final do processo, manteve a guarda de sua prole. Nos documentos dos autos de número 158 onde temos o registro do endereço do casal Moacir e Ana e das duas testemunhas, verificamos que logo após o nome da rua Silva Jardim, temos, entre parênteses a informação: “Morro do Mocotó”, localidade situada no maciço central de Florianópolis, junto a outros assentamentos populares que ocupavam as encostas dos morros. Essa referência de cunho espacial fornece indícios de que estas pessoas, além de pobres, eram também afrodescendentes¹ (AUTOS DE ABANDONO ADMINISTRATIVO DE MENOR, número 158, 19.06.1937).

¹ De acordo com Recenseamento Geral de 1940, a população de Florianópolis no período era constituída de 46.771 habitantes. Entre essas pessoas 2475 mulheres e 2000 homens foram identificados como “pretos”. Foram registradas como pardas 167 pessoas e 1 de “cor não declarada”.

Uma parcela significativa da população pobre afrodescendente de Florianópolis, de acordo com os autos, residia nas ruas Silva Jardim (Morro do Mocotó) e Laura Caminha Meira (Morro da Caixa D'Água). Essas pessoas eram descendentes de ex-escravos que permaneceram, após a abolição da escravidão, habitando na cidade ou migraram para a Capital catarinense a partir de localidades como Itajaí, Tijucas e Biguaçu. No mercado de trabalho da urbe, estes homens e mulheres enfrentavam maiores dificuldades do que os trabalhadores e as trabalhadoras migrantes percebidos como “brancos”.

Em 1936, os meninos Álvaro e Augusto cometeram um ato infracional. Por intermédio do interrogatório realizado pelas autoridades judiciárias temos as informações sobre a família dos infantes. Esta havia migrado da cidade de Criciúma, situada no Sul de Santa Catarina, para a Florianópolis (AUTOS DE ABANDONO ADMINISTRATIVO DE MENOR, número 43, 15.10.1936). Uma parcela da população pobre daquela cidade entre as décadas de 1930 e 1940, da mesma forma que a família dos referidos meninos, havia migrado para a Capital. As motivações para estes deslocamentos populacionais, de acordo com os autos, eram diversas: em busca de emprego, para ficar mais próximo de um parente, para fazer “tratamento da saúde”, etc. Neste processo, merece destaque a migração praticada por mulheres, filhas e filhos residentes em outras localidades de Santa Catarina que procuravam permanecer próximos de seus maridos, amásios ou pais detidos por um longo período na Penitenciária da Pedra Grande, inaugurada em 1930 e localizada junto ao maciço central, mas no lado oposto ao Centro da cidade. Estas famílias instalavam-se, sobretudo, nas ruas Chapecó (atual rua Padre Schrader), Curitibanos (atual rua Clemente Rôvere) e Lages (atual rua General Vieira da Rosa). O nome dos três logradouros informa as regiões de origem da maioria destes migrantes, ou seja, o Oeste (Chapecó), o Planalto Serrano (Lages) e o Meio Oeste (Curitibanos). Segundo os processos judiciais, o número de migrantes pobres oriundos de outros Estados da federação e de países estrangeiros era reduzido naquele período histórico.

De acordo com os dados presentes nos autos, um terço dos homens pobres que habitava a zona urbana de Florianópolis exercia as funções como carpinteiros, padeiros, jardineiros, alfaiates, marceneiros, operários e soldados do 14º Batalhão de Caçadores. Estas pessoas afirmavam para as autoridades judiciárias que eram alfabetizadas e que possuíam rendimentos de até 300 mil réis. Os outros dois terços desta população masculina labutavam nas seguintes atividades: trabalhavam como carregadores no cais do porto, no Mercado Público e nos estabelecimentos comerciais; vendiam frutas, peixes, doces e bilhetes de loteria nas ruas da cidade; auxiliavam os pedreiros; eram banqueiros do jogo do bicho; levavam recados para os conhecidos, etc. A maioria destas atividades era exercida na forma das denominadas “jornadas”, ou seja, estes homens eram contratados para trabalhar determinadas horas ou dias da semana. Os rendimentos mensais destes trabalhadores urbanos giravam em torno de 100 mil reis. Parte dos “tipos populares” evocados nos documentos anteriormente referidos era constituída por estes trabalhadores urbanos.

Por fim, segundo os processos judiciais, as mulheres pobres que habitavam nos espaços do maciço majoritariamente labutavam como empregadas domésticas nos lares das famílias de estratos sociais mais elevados. Estas mulheres recebiam um salário que variava entre 30 e 50 mil reis ou trabalhavam somente por “casa e comida”. Havia ainda as mulheres em menor número que trabalhavam como operárias na fábrica de rendas. Vale ressaltar que o geógrafo Wilmar Dias e a revista *Santa Catarina* não trazem nenhuma referência a este tema demonstrando assim o quão desqualificado era o labor considerado feminino na época.

Planejamento urbano na década de 1950: os pobres e as opções do poder político

Ao longo da década de 1950 a inferioridade econômica de Florianópolis em relação aos municípios da área de colonização alemã, além do crescimento de cidades como Criciúma, com a

exploração do carvão, tornava-se evidente com a redução da importância da atividade do porto, que não apresentava condições para escoar a principal atividade exportadora de Santa Catarina de então, a exploração madeireira. A cidade mantinha-se relativamente isolada numa extremidade do território estadual, enquanto uma nova área de expansão econômica e de povoamento começava a ser aberta na outra extremidade, ou seja, no Oeste, onde surgiam as bases de importante complexo agroindustrial.

Ao passo em que as condições políticas mostravam-se adversas, a exploração imobiliária definitivamente ganhou corpo e adquiriu mais consistência social quando foi associada à possível criação de estratégias para ativar a economia da cidade, por meio de uma atividade que passou a ganhar destaque na imprensa e nos meios oficiais: o turismo. Wilmar Dias apontara na década anterior que, mesmo com a estrutura urbana deficiente, Florianópolis apresentava “tal magnitude de beleza” que, com “um pouco de plano, respeitadas as tradições históricas”, poderia tornar-se “um centro turístico de primeira ordem”, de modo a “fazer da Capital um elemento ativo na vida econômica do Estado” (DIAS, 1947b, p. 48).

O desenvolvimento da indústria seguiu declinante no período. Em 1950 havia 87 estabelecimentos industriais, a maioria dos quais de pequeno porte, como uma média de quase 19 trabalhadores empregados em cada unidade. Na década seguinte, houve uma melhoria desse desempenho, quando o número de estabelecimentos chegou a 145 unidades, mas o pessoal ocupado não aumentou significativamente e a média por empreendimento caiu para menos de 12 trabalhadores. Tal tendência mostrou-se irreversível: em 1970, menos de 20% da população ativa estaria vinculada ao setor industrial. Enquanto isso, as atividades ligadas ao comércio e prestação de serviços públicos e privados evoluíram continuamente, com oferta de praticamente a metade de todos os empregos no município, ao atingir mais de 51% no final da década de 1960 (PELUSO JÚNIOR, 1981).

A dinâmica econômica vinculava-se cada vez mais ao mercado de terras, articulado aos setores políticos e empresariais

que passaram a defender o turismo como atividade econômica a ser privilegiada. Esta primazia do turismo proporcionou oportunidades de ganhos materiais, com a valorização de imóveis que, em muitos casos, foram conquistados em áreas que haviam sido campos comunais, ou seja, partilhados em uso comum por pequenos produtores agrícolas no interior da Ilha de Santa Catarina, bem como terras devolutas. Diversas áreas da Ilha de Santa Catarina passaram por um lento processo de apropriação privada, que atingiu as comunidades de agricultores e pescadores: os terrenos junto às praias sofreram intensa valorização, enquanto seus ocupantes mais antigos perderam o direito de utilizá-los para suas atividades produtivas. Redes de políticos e empresários foram formadas a partir da perspectiva da especulação imobiliária (CAMPOS, 1991, p. 127-137).

A expansão da atividade imobiliária foi conjugada com esforços da parte do poder público para a criação de ferramentas institucionais que ampliassem sua capacidade de gestão do processo. A Prefeitura esboçou o planejamento urbano com a contratação de um Escritório de Urbanismo de Porto Alegre para a elaboração de um Plano Diretor que ordenasse e promovesse a urbanização, bem como a elaboração de um código de obras. O primeiro Plano Diretor de Florianópolis foi elaborado por dois arquitetos, Demétrio Ribeiro e Edgar Albuquerque Graeff, e um engenheiro e urbanista, Edvaldo Ruy Pereira Paiva, membros do corpo docente que implantou o curso de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul na década de 1940. O documento começou a ser elaborado em 1952 e se constituiu em importante relato das características urbanas da Capital de Santa Catarina (LOHN, 2007). Em 1955 a versão final do Plano Diretor, transformado em lei municipal. Poucas das propostas estruturais apresentadas chegaram a ser implementadas, mas a nova legislação passou a compor um “Código Municipal”, com 1.941 artigos, que fixou novas regras quanto a posturas e em relação à construção de edifícios, residências, casas de espetáculo, normas sanitárias, tributação, administração pública e transportes (FLORIANÓPOLIS, 1956).

Os formuladores do Plano Diretor tiveram a preocupação expressa de “tocar o menos possível nos valores imobiliários existentes”, além de manter os “valores históricos e tradicionais”, além da “paisagem plástica e arquitetônica tão característica desta cidade” (PAIVA, 1952, p. 8). O documento é importante fonte visual, com fotografias que ilustram aspectos cotidianos de habitantes pouco visíveis, como é o caso dos que moravam nos morros, com suas casas pobres e as ruas sem infraestrutura que faziam parte da vida do centro e da fisionomia da cidade. Autores como Paulo Marcos Borges Rizzo (1993) e Elson Manoel Pereira (2010) dedicaram-se ao objeto, embora sob outras perspectivas, e trazem um aporte de discussões importantes que serão aqui consideradas.

O documento elaborado atribuiu grande importância ao resgate da função portuária de Florianópolis. As limitadas condições do porto seriam responsáveis pelo estancamento do crescimento econômico da cidade. Postulava-se o desassoreamento do canal entre a Ilha e o Continente para permitir a entrada de navios de grande calado e a construção de um grande porto, situado na região Continental do município, de modo a aumentar o ritmo de desenvolvimento e sustentar as transformações urbanas necessárias. Sem essas condições, Florianópolis permaneceria com antigas feições coloniais e uma região Continental pouco articulada ao centro da cidade. Os autores do Plano Diretor apontaram que a construção do porto seria o único elemento capaz de introduzir o dinamismo necessário para o desenvolvimento urbano e transformar radicalmente o panorama de Florianópolis: “o fato mais importante a considerar para uma justa interpretação do futuro desenvolvimento da cidade” (PAIVA, 1952, p. 11-15).

Os estudos para o Plano Diretor apontavam que a única importância de Florianópolis no cenário catarinense dizia respeito à sua condição de sede do poder estadual. A cidade estava “atrasada, do ponto de vista industrial e comercial e o seu ‘hinterland’ não atingiu um nível econômico capaz de sustentar uma grande cidade moderna”. A formação social de Florianópolis configurava práticas quanto ao uso do solo urbano que impunham difíceis condições

para as mudanças pretendidas. Os ricos não abriam mão de suas grandes chácaras na direção da Baía Norte, o que impedia o adensamento populacional do centro e encarecia as reformas urbanas. A especulação imobiliária com essas amplas áreas agravava o quadro urbano, pois formava muitas “áreas vacantes”, aliada ao fraco potencial econômico da cidade que impedia as obras de melhoria, principalmente as viárias. Esses problemas estruturais faziam com que Florianópolis apresentasse grande dispersão urbana, o que desfavorecia a produtividade do trabalho e onerava o poder público com obras de expansão viária e de transporte (PAIVA, 1952, p. 13). Wilmar Dias (1948, p. 60-61) havia levantado que, em 1946, pouco mais de 25% da área urbana florianopolitana era “constituída por terrenos vacantes”, situação diretamente relacionada à especulação com a propriedade imobiliária: “os terrenos de esquina e as áreas loteadas próximas do Centro, onde os valores imobiliários já atingiram praticamente o máximo, são ainda objeto de intensa procura e especulação”.

Em Florianópolis havia urgência para alterações consideradas necessárias. Ruelas e becos “de mínima largura”, desorganizados e sem critério, automóveis e pessoas disputando espaço, dispersão e rarefação populacional e urbana. A expansão urbana ficava restrita às áreas de ocupação precária dos morros, com “malocas” que formavam, como em outras cidades brasileiras, “verdadeiros aldeamentos primitivos”, denotando o “baixíssimo padrão de vida de grande parte das classes menos favorecidas” e a “mais viva expressão urbanística de nosso atraso econômico” (PAIVA, 1952, p. 14).

Por esta época, as intervenções de planejadores urbanos propunham medidas para intensificar o desenvolvimento nacional e tomar a cidade como um espaço de produção, ao qual cada habitante estaria integrado. Os urbanistas participavam das discussões em torno da questão do subdesenvolvimento como formação histórica singular que polarizaria setores atrasados e modernos, aceita por variados interlocutores, entre os quais Álvaro Vieira Pinto, Nelson Werneck Sodré, Hélio Jaguaribe, Guerreiro

Ramos, Roland Corbisier e Ignácio Rangel. Este último foi um dos que propugnaram a construção de referenciais próprios para a compreensão da economia brasileira. Entendia que esta seria resultante de uma longa formação histórica que combinara estruturas remanescentes do passado colonial com aquelas advindas da modernidade capitalista: “desenvolvendo-se como uma economia complementar ou periférica, o Brasil deve ajustar-se a uma economia externa diferente da sua, de tal sorte que é, ele próprio, uma dualidade” (RANGEL, 2005, p. 302).

No caso específico de Florianópolis, as contraditórias relações entre interesses públicos e privados, modernização e manutenção de privilégios históricos afetavam a gestão da cidade. A urbanização crescente tornava necessária a melhoria da oferta de serviços públicos, como o transporte coletivo. Os concessionários, cujos interesses misturavam-se aos dos administradores públicos, mantinham uma frota pequena e velha. As quebras constantes de veículos, os atrasos, os congestionamentos nas estreitas ruas do centro, as obras de manutenção na ponte que transtornavam a cidade inteira, davam o tom de um cotidiano urbano muito diferente de qualquer projeto urbanístico moderno. Desde 1930, Florianópolis deixara de contar com o serviço de bondes a tração animal, rejeitado inclusive por “motivos de orgulho local”, mas não conseguira substituí-lo adequadamente pelos veículos motorizados. As escassas linhas de ônibus mantidas “por empresas independentes, de pequeno capital e sem organização adequada”, não faziam ligações diretas entre os bairros e, assim, o transporte de passageiros requeria “o deslocamento prévio para o centro”. As comutações envolviam perda de tempo, longas filas e custos elevados para a população trabalhadora, o que acarretava a retração do desenvolvimento urbano nas áreas periféricas em expansão (DIAS, 1947b, p. 60-69). Sabe-se que tais condições permaneceriam nas décadas vindouras.

Ao contrário da pretensão de políticos e empresários locais, é notável a pouca importância atribuída ao turismo no Plano Diretor elaborado em 1952. Os autores do plano argumentaram que

“a função turística de um lugar” dependia “da existência de um fluxo regular de turistas provindos de lugares próximos”. O turista estrangeiro ou que viajava longas distâncias pelo Brasil para conhecer as praias da Ilha de Santa Catarina não poderia constituir “uma esperança séria e, muito menos, uma garantia de mercado turístico para Florianópolis” (PAIVA, 1952, p. 16). O documento situou a condição socioeconômica de Florianópolis como parte do subdesenvolvimento brasileiro, impactada ainda por sua característica periférica. Diante disso, os pobres urbanos seriam os mais afetados pela ausência de perspectivas claras de mudanças na dinâmica econômica. Os autores do Plano Diretor consideravam que “seria fugir às verdadeiras condições atuais em Florianópolis, a previsão de zonas de residências coletivas desligadas das atividades comerciais”. Fazia-se necessário, antes disso, o surgimento de um novo “tipo de morador”, o que corresponderia a um “estágio futuro da evolução econômica e social” a ser alcançado com o “desenvolvimento industrial, de sorte que o tipo citado de residência coletiva foi previsto na zona do Estreito e não na Ilha” (PAIVA, 1952, p. 23-25).

Na América Latina, para Adrián Gorelik (2005), este período marca uma junção de imagens e representações que inventaram uma visão mais ou menos clara do que seria a “cidade latino-americana”, a qual fazia parte de um mapa intelectual com diversos elementos: “das teorias do desenvolvimento às teorias da dependência, do reformismo modernizador às posições revolucionárias, assim como é conhecido seu impacto em todas as dimensões da vida cultural, das ciências sociais, da arte e da literatura.” Em particular, tais agendas políticas e culturais detiveram-se na “definição da cidade como um problema demográfico, social e político”, alvo de políticas públicas “de acordo com o conhecimento internacional mais avançado disponível” e da reflexão das Ciências Sociais. Este ciclo do pensamento social latino-americano, entre as décadas de 1950 e 1970, evidenciou “um arco completo de posições: desde o otimismo modernizador da planificação até sua inversão crítica radical”.

O Plano Diretor elaborado em 1952 introduziu algumas inovações no repertório de imagens e representações que compunham as relações entre Estado e populações pobres em Florianópolis, próprias das políticas nacional-desenvolvimentistas. A cidade e seus problemas foram tomados como parte dos processos sociais em curso no Brasil, segundo as interpretações que orientavam as perspectivas de análise então predominantes. Ao lançar este olhar, os formulares do plano identificaram uma expressiva parte dos habitantes que estava alijada dos benefícios da modernização e não usufruía de direitos próprios à vida urbana, em particular habitação e serviços públicos. Os pobres do interior da Ilha e os moradores das encostas do maciço central foram tomados como a parte explorada de uma estrutura de classes injusta. Suas casas foram nomeadas como “malocas” e suas precariedades compreendidas como parte dos mesmos fenômenos que explicavam a existência de semelhantes aglomerações pobres em outras partes do país: “como em todas as Capitais do Brasil, na periferia da cidade encontram-se favelas miseráveis no quadro da natureza subtropical” (PAIVA, 1952, p. 55). Por meio de fotos, os estudos realizados para a elaboração do plano destacaram a existência dessas habitações simples: casas rústicas, de madeira, muito comuns entre a população pobre da Ilha de Santa Catarina, com gaiolas de pássaros dependuradas nas paredes, um hábito disseminado entre a população.

A equipe de Edvaldo Paiva propôs que, em novas zonas residenciais, quando houvesse a desapropriação de grandes áreas do centro de Florianópolis, ocupadas por chácaras de famílias ricas, ao Norte do aglomerado urbano central, fossem reservadas áreas para a implantação de habitações sociais (PAIVA, 1952, p. 68-72). Nas décadas seguintes, por intermédio de políticas habitacionais instituídas pelo Governo Federal depois de 1964, algumas quadras da área sugerida foram destinadas à construção de edifícios de baixo custo, financiados por instituições de crédito imobiliário, o que atendeu apenas parcialmente aos habitantes mais pobres da cidade: as condições de financiamento favoreceram uma camada formada

por funcionários públicos de nível médio. Entre o plano e as relações de poder solidamente constituídas, prevaleceram estas últimas. A urbanização da área com o maior número de chácaras implicou em vultosos investimentos públicos, principalmente com a construção da Avenida Beira Mar Norte, que promoveram uma intensa valorização dos imóveis, em benefício das camadas médias e altas de Florianópolis. A estrutura social, as relações de poder e as opções políticas que favoreceram determinados setores e ramos econômicos, delinearam uma ocupação do solo urbano que tendeu a cristalizar certa espacialização das desigualdades sociais que se mantinha ao longo do tempo.

As intervenções previstas restringiram-se a determinadas práticas sociais das populações pobres consideradas inadequadas. Até então, como aspectos remanescentes da colonização luso-açoriana do litoral catarinense, ainda eram frequentes as casas geminadas em áreas próximas ao centro da cidade, com a ocupação quase total dos terrenos pela área construída. A parte frontal das residências, com suas amplas janelas, abria-se sobre a rua, enquanto os vizinhos dividiam praticamente a mesma parede lateral. O devassamento das atividades íntimas por olhares externos e os ambientes inadequados das residências para as sociabilidades privadas, lembravam uma antiga cidade colonial (ALGRANTI, 2001), com costumes domésticos regulados muito mais pela moralidade católica do que por hábitos de intimidade estritamente burgueses. Em vez disso, o Código Municipal instituído no âmbito da aprovação do Plano Diretor, em 1955, invocava as técnicas construtivas modernas, que previam a necessidade de recuos frontais, traseiros e laterais para as novas edificações, com a utilização de materiais que paulatinamente substituíssem a pedra e a madeira.

Aumentar a densidade urbana implicaria em reduzir do tamanho dos lotes e em ampliar os parques públicos, previstos para chegar a 17% da área total da futura cidade, com urbanização de áreas semi-rurais, como aquelas mantidas pelas elites em pleno coração urbano, na Praia de Fora. Uma série de equipamentos urbanos foi, mais tarde, conquistada sobre áreas nitidamente rurais,

como é o caso do Campus Universitário, cuja área pertencia a uma fazenda estatal, a Assis Brasil. Até então, cidade e campo entrecruzavam-se em Florianópolis. Especialmente entre os grupos populares, havia a persistência de práticas como a criação de pássaros, um traço distintivo da cultura local. Outra prática comum foi a ocupação de um mesmo grande lote por várias ramificações da mesma família. Tal processo ocorreu com frequência nas encostas dos morros do maciço central que, a partir da década de 1950, receberam muitos trabalhadores da construção civil, atividade que começava uma lenta expansão, na esteira do mercado imobiliário. Sem qualquer infraestrutura, “os terrenos eram desmembrados para alojar os parentes, formando uma rede de solidariedade” (SANTOS, 2009, p. 594), ao passo em que o aglomerado daí formado organizava-se, muitas vezes, por meio de servidões de passagem, as quais garantiam o acesso às casas e de acordo com “os antigos caminhos que atravessavam a encosta de um lado a outro” (AFONSO, 1992, p. 116).

Desde fins do século XIX, reformadores sociais difundiram modelos de cidades ideais, habitadas por famílias com práticas de trabalho, higiene, sexualidade e convívio social derivadas da civilidade burguesa europeia. Prevaleceram intervenções movidas pela perspectiva de combater a desordem social no ambiente urbano, ao articular saberes, técnicas e políticas conservadoras e autoritárias. O progresso industrial tornou possível o florescimento de grandes cidades e explicitou a situação dramática dos pobres, vistos como ingovernáveis. Nos Estados Unidos, ocorreram cruzadas filantrópicas que pretendiam moralizá-los e corrigir seus pretensos vícios e faltas (HALL, 1993).

No Brasil, o problema da insalubridade urbana encontraria respostas na delimitação espacial dos locais de moradia de ricos e pobres. Diferente de outros países, nos quais as doenças atacavam particularmente os pobres, debilitados pelas más condições de trabalho e moradia, no Brasil a epidemia da cólera, por exemplo, afetou também as camadas mais ricas da população. Ao invés de chamar a atenção para a resolução dos problemas sociais que

estavam na base da proliferação de moléstias, esse fenômeno despertou iniciativas que tiveram o propósito de estabelecer delimitações espaciais que diferenciasssem as áreas habitadas por ricos e pobres. No começo do século XX efetivou-se a ampliação do escopo e das dimensões de intervenção dos antigos Códigos de Postura municipais que vigiam desde o século anterior. O Estado assumiu tarefas de regulação, controle e disciplina da população, ao mesmo tempo em que excluía os desviantes e indesejáveis. A questão habitacional foi agravada pelas reformas, que deixaram à própria sorte os grupos populares retirados dos centros e de qualquer noção de cidadania (PECHMAN; FRITSCH, 1985).

Depois de 1930, com a combinação de diferentes abordagens, as políticas urbanas brasileiras visaram o incremento da capacidade produtiva dos trabalhadores, o que envolveria a habitação popular, como mecanismo preferencial para intervir nos hábitos sociais (RIBEIRO; CARDOSO, 1994). Engenheiros, assistentes sociais, sociólogos e médicos “responsabilizavam o espaço da casa pela produção de alguns comportamentos desviantes, como a prostituição e o crime”. O problema da habitação foi então apresentado como política pública prioritária, de modo a conter a expansão de cortiços, favelas e a cobrança extorsiva de aluguéis. Foram previstas políticas públicas para a integração de loteamentos populares planejados ao conjunto da cidade e a construção de “casas higiênicas” (CARPINTÉRO, 1997, p. 105-145).

Este padrão de moradia popular chegou a Florianópolis em 1942, quando da conclusão das obras da Vila Operária do Saco dos Limões ou “Vila dos Industriários”, com 100 casas. Por intermédio do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI), os trabalhadores sindicalizados obtiveram financiamento de suas moradias por 20 anos, numa iniciativa praticamente isolada (DIAS, 1947b, p. 38). Aos padrões de higienização conjugou-se um modelo de cidade orgânica e funcional. Essas discussões e iniciativas influenciaram urbanistas em várias cidades brasileiras, como Porto Alegre, cujas experiências com a construção de moradias que evitassem a coabitação e favorecessem a organização

LOHN, R.L & AREND, S.M.F. Estado e populações pobres no Brasil: a ...

familiar (BAKOS, 1988, p. 58-59), não eram desconhecidas dos autores do Plano Diretor de Florianópolis.

Mas, como em outras cidades brasileiras, estiveram ausentes em Florianópolis as iniciativas da parte do poder público para encaminhar a questão do alojamento urbano dos pobres, o que demandaria elevação dos rendimentos dos trabalhadores e uma legislação quanto uso do solo urbano que privilegiasse as questões sociais. Diante deste quadro, restou às camadas populares lançarem mão de suas próprias experiências e práticas para a garantia da sobrevivência, expressas por formas resistência, dissimulação e negociação. A habitação dos pobres em moradias precárias e em condições de informalidade, como nas favelas, passaria a constituir uma regra quase geral nas cidades brasileiras. As novas sociabilidades experimentadas numa cidade em mudança, não alteraram a estrutura espacial que configurava as distinções de classes em Florianópolis. A antiga região da Praia de Fora, ao Norte do centro urbano, manteve-se como a preferida pelos habitantes mais ricos, que ali tinham suas chácaras e, posteriormente, seriam beneficiados por investimentos em melhorias urbanas e serviços públicos, como é o caso dos hospitais, majoritariamente localizados naquelas imediações (SUGAI, 1994, p. 63-69).

Em lugar de políticas públicas, as relações entre Estado e classes populares em Florianópolis seguiriam pautadas por mecanismos caritativos e práticas que reproduziam laços de reciprocidade entre chefes políticos, cabos eleitorais e lideranças comunitárias. As experiências sociais de cada uma das comunidades dos morros de Florianópolis, “suas normas particulares, seu sistema de defesa e seus códigos”, expressavam interações próprias com a cidade e seus poderes, através de códigos e “políticas específicas” (MARIA, 1997, p. 165). A negociação prevalecia sobre o conflito e a imagem de harmonia social era constantemente mobilizada em momentos de festejo e confraternização, nos quais os vínculos de identificação social articulavam-se à religiosidade e às culturas políticas locais. A Igreja Católica exercera papel central nas redes sociabilidade desde

os tempos de Desterro colonial, ao substituir o Estado em várias atribuições, notadamente naquelas de controle da população, ao manter o registro de nascimentos, mortes e casamentos, bem como na reprodução da autoridade e das hierarquias através dos agentes eclesiásticos. O poder laico das oligarquias e chefes políticos não prescindia da colaboração da Igreja para manter o equilíbrio, a ordem urbana, a assistência social e a legitimidade do Estado.

Práticas assistenciais e caritativas compunham uma teia de instituições e agentes políticos que tinham interesses diversos nestas atividades, entre os quais a conquista de notoriedade pública para a consecução de projetos eleitorais. Obviamente, não só os grupos políticos consolidados na cidade encontraram aí um campo favorável: “uma cultura assistencial na qual os trabalhadores eram vistos em seus locais de moradia como receptores dos donativos e das intervenções caritativas dos grupos abastados da cidade” (ARAÚJO, 2006, p. 16). Entre as projeções de uma cidade que estivesse integrada aos esforços para a promoção do desenvolvimento socioeconômico, conforme um projeto nacional de reformas sociais, e os interesses que dominavam as relações de poder político na cidade, centrados na criação e expansão de um mercado de terras beneficiado pelo poder público, prevaleceriam estes últimos.

Considerações finais

Neste texto procuramos efetuar variações nas escalas de observação dos fenômenos históricos próprios às relações entre Estado e camadas populares na cidade de Florianópolis entre as décadas de 1930 e 1950. Tal perspectiva metodológica, conforme Bernard Lepetit (1998, p. 100), ancora-se no primado de que “nenhuma escala desfruta de um privilégio especial”, ou seja, “os macro fenômenos não são menos reais, os microfenômenos não são mais reais (ou inversamente): não há hierarquia entre eles”. Por isso, “a multiplicação controlada das escalas de observação” permite uma compreensão mais abrangente de fenômenos

complexos e sutis. Tanto ao nível das políticas públicas, quanto naquele que envolve as vivências de sujeitos que circularam pelas ruas da cidade, é possível observar aspectos que contribuem para uma ampliação do conhecimento dos processos históricos.

Como foi possível delinear, diferentes intervenções do poder público, seja por meio de ações governamentais, legislativas ou judiciárias, houve ao longo do período importantes mudanças na forma como foi encaminhada a questão do acesso dos pobres ao espaço urbano, particularmente no caso do uso do solo. Por outro lado, tais movimentos estiveram presos e limitados pela lógica das relações de poder político e econômico, firmemente dependentes do Estado e voltados para a constituição e exploração de um mercado de terras, no qual o lote urbano tendeu a constituir-se numa reserva de valor e mercadoria básica do processo de reprodução de riquezas em Florianópolis. Neste quadro, foi possível identificar as tensões contraditórias entre as opções de desenvolvimento socioeconômico que envolvessem reformas sociais e políticas públicas em conformidade com o Estado nacional-desenvolvimentista e os interesses objetivos em torno do mercado imobiliário. A manutenção de mecanismos assistenciais reforçados pela maior presença governamental na cidade, os quais contribuíam para compensar a ausência de condições econômicas capazes de gerar oportunidades de aumento dos ganhos dos mais pobres, ao passo em que o poder público atuava para garantir as condições de valorização imobiliária em um perímetro urbano que sofreu poucas alterações na distribuição das camadas sociais. Prevaleceu uma lógica de espacialização da desigualdade que teria desdobramentos futuros.

Referências bibliográficas

AFONSO, Sonia. **Urbanização de encostas: a ocupação do Morro da Cruz**. 1992. 376f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

- LOHN, R.L & AREND, S.M.F. Estado e populações pobres no Brasil: a ...
- ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: SOUZA, Laura de Mello e (org.) **História da vida privada no Brasil, 1: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. São Paulo: Cia das Letras, 2001.
- ANDRADE, Djanira Maria Martins de. **Hercílio Luz: uma ponte integrando Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. UFSC, 1981.
- ARAÚJO, Camilo Buss. **Os pobres em disputa: urbanização, política e classes populares no Morro da Caixa d'Água, Florianópolis – Anos 1950 e 1960**. 2006. 170f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.
- ARAUJO, Hermetes Reis de. Fronteiras internas: Urbanização e saúde pública em Florianópolis nos anos 20. In: BRANCHER, Ana (Org.) **História de Santa Catarina: estudos contemporâneos**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999.
- AREND, Silvia Maria Fávero. **Histórias de abandono: infância e Justiça no Brasil (década de 1930)**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2001.
- BAKOS, Margaret Marchiori. **A habitação em Porto Alegre: problemas e projetos administrativos (1897-1937)**. Porto Alegre: UFRGS, 1988.
- BASTOS, José Messias. Urbanização, comércio e pequena produção mercantil pesqueira na Ilha de Santa Catarina. In: SANTOS, Maurício Aurélio dos. (Org.) **Ensaio sobre Santa Catarina**. Florianópolis: Letras Contemporâneas. 2000.
- CAMPOS, Nazareno José de. **Terras comunais na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: FCC/UFSC, 1991.

LOHN, R.L. & AREND, S.M.F. Estado e populações pobres no Brasil: a ...

CARPINTÉRO, Marisa Varanda Teixeira. **A construção de um sonho: os engenheiros-arquitetos e a formulação da política habitacional no Brasil**. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque***. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

CRUZ, Karina Martins da. **A contribuição de alemães e descendentes para a formação sócio-espacial catarinense: o caso da região metropolitana de Florianópolis (SC)**. 206f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

D'ARAUJO, Maria Celina. Estado, classe trabalhadora e políticas sociais. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de A. N. (Org.) **O Brasil republicano. O tempo do nacional-estatismo. Do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DIAS, Wilmar. Florianópolis: ensaio de geografia urbana. In: **DECG: Boletim Geográfico**. Florianópolis: Departamento Estadual de Geografia e Cartografia, ano 1, nº1, 1947a.

DIAS, Wilmar. Florianópolis: ensaio de geografia urbana. In: **DECG: Boletim Geográfico**. Florianópolis: Departamento Estadual de Geografia e Cartografia, ano 1, nº2, 1947b.

DIAS, Wilmar. Florianópolis: ensaio de geografia urbana. In: **DECG: Boletim Geográfico**. Florianópolis: Departamento Estadual de Geografia e Cartografia, ano 1, nº3, 1948.

FACCIO, Maria da Graça Agostinho. **O Estado e a transformação do espaço urbano: a expansão do Estado nas décadas de 60 e 70 e os impactos no espaço urbano de**

LOHN, R.L & AREND, S.M.F. Estado e populações pobres no Brasil: a ...

Florianópolis. 1997. 186f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

FÁVERI, Marlene de. **Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina**. Itajaí: Univali; Florianópolis: UFSC, 2004.

FLORIANÓPOLIS. Prefeitura Municipal. **Lei nº. 246. Aprova o Código Municipal de Florianópolis**. Suplemento do Diário Oficial do Estado de Santa Catarina. Florianópolis. 21/11/1956, nº. 5.495, ano XXII.

GORELÍK, Adrián. A produção da “cidade latino-americana”. In: **Tempo Social**, vol.17, n.1. São Paulo, 2005, p. 111-133.

HALL, Peter. **Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX**. São Paulo: Perspectiva, 1993.

IBGE. **Censo demográfico, população e habitação; censos agrícola, industrial, comercial e dos serviços**. Recenseamento Geral do Brasil, 1º de setembro de 1940, Rio de Janeiro. 1951. (Série regional, 19, Santa Catarina).

IBGE. **Estatísticas do século XX**. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. ISBN 85-240-3080-1. 1 Disco Compacto.

LEPETIT, Bernard. Sobre a escala na História. In: REVEL, Jacques. **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. Limites da utopia: cidade e modernização no Brasil desenvolvimentista (Florianópolis, década de 1950). In: **Revista Brasileira de História**, v. 27, n. 53. São Paulo, 2007, p. 297-322.

LOHN, R.L & AREND, S.M.F. Estado e populações pobres no Brasil: a ...

MARIA, Maria das Graças. **Imagens invisíveis de Áfricas presentes: experiências das populações negras no cotidiano da cidade de Florianópolis (1930-1940)**. 1997. 245 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

PAIVA, Edvaldo et al. **Plano Diretor de Florianópolis**. Florianópolis: IOESC: 1952.

PECHMAN, Sérgio & FRITSCH, Lilian. A reforma urbana e seu avesso: algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal na virada do século. In: **Revista Brasileira de História**, v. 5, n.º. 8/9. São Paulo, 1984/1985, p. 139-195.

PELUSO JR., Victor. A. Crescimento populacional de Florianópolis e suas repercussões no plano e estrutura urbana da cidade. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico De Santa Catarina**, 3ª. Fase, n. 3. Florianópolis, 1981, p. 7-54.

PEREIRA, Elson Manoel. Qual planejamento urbano no contexto da sociedade da incerteza? Florianópolis e seus planos diretores. In: **Geosul**, v. 25, n. 49. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2010, p 103-121.

RAMOS, Átila Alcides. **O Saneamento em dois tempos: Desterro e Florianópolis**. Florianópolis: IOESC, 1983.

RANGEL, Ignácio. Dualidade básica da economia brasileira. In: _____. **Obras reunidas**, vol. 1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; CARDOSO, Adauto Lúcio. Planejamento urbano no Brasil: paradigmas e experiências. In: **Espaço & Debates**, ano XIV, n. 37. São Paulo, 1994. p. 77-89.

LOHN, R.L & AREND, S.M.F. Estado e populações pobres no Brasil: a ...

RIZZO, Paulo Marcos Borges. **Do urbanismo ao planejamento urbano: utopia e ideologia. Caso de Florianópolis – 1950 a 1990**. 1993. 119f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

SANTA CATARINA. Poder Judiciário. **Autos de Abandono Administrativo de Menor**, número 43, 15.10.1936, Comarca da Capital, Santa Catarina.

SANTA CATARINA. Poder Judiciário. **Autos de Abandono Administrativo de Menor**, número 158, 19.06.1937, Comarca da Capital, Santa Catarina.

SANTA CATARINA. Poder Judiciário. **Autos de Abandono Administrativo de Menor**, número 255, 15.12.1937, Comarca da Capital, Santa Catarina.

Santa Catarina: revista de propaganda do Estado e dos Municípios. – n.1, 1939. - Edição facsímilada/Governo do Estado. – Florianópolis: Governo do Estado.

SANTOS, André Luiz. **Do mar ao morro: a geografia histórica da pobreza urbana em Florianópolis**. 2009. 658 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

SUGAI, Maria Inês. **As intervenções Viárias e as transformações do espaço urbano. A Via de Contorno Norte-Ilha**. 1994. 2 v. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

Recebido em junho de 2013
Aceito em dezembro de 2013